

1º de outubro de 2017, uma visão histórica atual

written by Francesc Xavier Hernández | 27 de gener de 2024

Atualmente, existe uma situação de conflito entre a sociedade catalã e o Estado espanhol. E o que causa isso é uma práxis estatal que encurrala nossa língua e cultura e limita ou impede os catalães de decidirem sobre a governança de seu próprio país. O modelo do Estado espanhol baseia-se no controle e na pilhagem do território para perpetuar as estruturas institucionais e humanas do próprio Estado e da capital que as articula: Madri. A construção do modelo começou em 1714-1715 com a vitória dos Bourbon e a estruturação de uma monarquia despótica que se transformou em um Estado-nação autoritário em meados do século XIX. Desde 1714, o poder estava nas mãos dos Bourbons e de seu séquito: o exército, o judiciário, os altos funcionários, as oligarquias econômicas e o banco especulador.

E quem exerce o poder agora? Bem, se exerce ou não, os de sempre. A monarquia é a pedra angular de um sistema que articula os altos funcionários, a mídia, os líderes políticos, o banco especulador que não gera riqueza; as empresas de serviços controladas pelo Estado; as grandes empresas de construção a serviço das obras públicas, bem como um negócio desigual que afeta setores com pouco valor agregado. Todos esses componentes costumam coincidir na bilheteria do Santiago Bernabéu, que é quem governa a Espanha implantando uma imponente trama transversal de corrupção entre os poderes legislativo, executivo e judiciário, e que protege e alimenta os poderosos.

Esse modelo, no entanto, vem funcionando com sucesso há 300 anos. No entanto, há rachaduras nele, já que a revolução pós-industrial e a criação do mercado europeu tomaram o lugar central dos antigos estados-nação, que estão se tornando um

anacronismo e um perigo para o desenvolvimento das forças produtivas e para a governança da União Europeia.

Nesse contexto, o Estado-nação espanhol, como outros, está entrando em crise, pois não consegue se adaptar às novas lógicas que exigem que os poderes passem para Bruxelas e, ao mesmo tempo, descentralizem a gestão para as regiões, a fim de estabelecer uma governança próxima ao povo. O antigo Estado Bourbon, prejudicado pela corrupção estrutural, não se adapta à nova dinâmica, e sua estrutura pesada de administrações inoperantes lança dúvidas sobre seu futuro. Um Estado incompetente, não competitivo, inerte e improdutivo, que sobrevive graças à dívida e à predação fiscal, tem pouca chance de ter um futuro. No entanto, ele não renuncia à sobrevivência do modelo, mesmo que, como estamos vendo, esteja ensaiando o caminho do fascismo.

A Catalunha está enfrentando esse modelo. Um país derrotado em 1714 e esmagado durante os séculos XIX e XX, ocupado militarmente em 1939 e subjugado novamente pela violência do Estado após o primeiro de outubro de 2017, quando os catalães estavam buscando uma saída para o futuro com base no exercício da democracia.

E por que essa violência permanente contra os catalães?

A Catalunha, apesar das derrotas e da subjugação política, conseguiu manter seu precioso patrimônio de identidade e desenvolver uma cultura de trabalho que gerou uma importante rede produtiva que se tornou fundamental na construção econômica e social do sul da Europa.

Nos últimos anos, os ataques dos partidos sindicalistas contra os fracos poderes autônomos conquistados em 1978 se multiplicaram, pois eles foram percebidos como uma ameaça em potencial contra o modelo de estado espanhol. E a resposta da sociedade catalã, entendendo que se tratava de um problema de sobrevivência, foi reivindicar o poder político, para poder

organizar a implantação do patrimônio cultural e promover a geração e o uso da riqueza no país. A opção escolhida, obviamente, foi a independência, para construir um Estado moderno e coerente com as necessidades da nova Europa, que se tornaria uma referência em termos de cultura democrática.

Por outro lado, o crescimento de uma alternativa na Catalunha implicava uma ameaça ao modelo espanhol de xadrez. E o confronto de modelos também levou a um choque em termos de modelos de cidades. No final das contas, o confronto entre a Catalunha e a Espanha é também uma luta entre duas cidades que estão competindo pela liderança do sudoeste da Europa e que exibem modelos opostos de futuro. Madri, uma capital burocrática, com um modelo produtivo baseado na gestão política, na predação do território, na especulação bancária, na centralização de grandes empresas e nos serviços inerentes à manutenção do Estado; enfrenta Barcelona, uma cidade dinâmica e sustentável, com um tecido econômico diversificado e suficientemente competente, que depende de si mesma, mas que precisa do poder político para sobreviver e articular a Catalunha entendida como uma região econômica. E é preciso entender que, no final das contas, a revolução política catalã também visa a satisfazer as necessidades urgentes de governança da região urbana que, na verdade, é estruturada por Barcelona.

Estamos, portanto, em uma dinâmica de choque múltiplo de modelos, que os contendores consideram com estratégias diferentes. O Estado pratica o que, na teoria dos jogos, chamaríamos de jogo de soma zero, já que uma vitória democrática na Catalunha implicaria o colapso do modelo espanhol. A Espanha e Madri, a capital, devem ser reinventadas e reorganizadas, o que é impensável e inaceitável na lógica das elites espanholas. Nesse sentido, a prioridade do Estado é a liquidação do conceito de Catalunha, a destruição de sua cultura, a desativação de sua inércia política e o controle de seus recursos econômicos.

Pelo contrário, uma parte importante da política catalã, subsidiária do regime de 1978, considera que se pode estabelecer um jogo de colaboração com a Espanha que beneficie ambas as partes. Assim, as coordenadas estratégicas da política catalã foram muitas vezes definidas: colaborar para fazer uma Espanha mais moderna, para a qual a Catalunha pode contribuir em troca de alguns privilégios para a classe política e alguns poderes.

Essa opção é inviável, pois um jogo unilateral de soma zero não pode ser respondido com uma opção cooperativa. E essa realidade foi demonstrada empiricamente nas últimas duas décadas. O Estado espanhol nunca negociará liberdades significativas para a Catalunha pela simples razão de que seu modelo se baseia precisamente na submissão política dos catalães.

Todos sabem como esse confronto evoluiu e como as tentativas catalãs de avançar em um caminho democrático terminaram no duro dia primeiro de outubro e em seus epílogos de repressão selvagem.

E que ninguém duvide, as forças políticas sindicalistas manterão, ao extremo, a defesa do modelo, uma vez que suas vidas dependem disso.

Caso contrário, por que deveriam negociar?

Que necessidade eles têm quando sabem que podem usar a justiça para reprimir implacavelmente? Quando sabem que, quando chegar a hora, usarão gangues fascistas, forças policiais e o exército para amedrontar as pessoas. Quando perceberem que a aplicação da doutrina de Milosevic está sendo tolerada pela Alemanha e pela França. Quando eles prenderem líderes políticos e civis e as forças políticas e sindicais catalãs não articularem nenhuma resposta eficaz. Quando a Europa tolera a existência de prisioneiros políticos na Espanha. Quando eles têm uma formidável máquina de mídia que pode guiar

a imaginação cotidiana das pessoas. Quando eles acham que podem consolidar uma população colonial espanhola na Catalunha que servirá para difamar os catalães.

Que necessidade eles têm de negociar quando contam com uma poderosa rede colaboracionista liderada por La Caixa, Foment del Treball ou Grup Godó e que também atende a partidos políticos e sindicatos.

Durante décadas, os ambientes políticos deste país lutaram para articular uma única cidade que estava sendo construída de acordo com o núcleo catalão, mas integrando as mais diversas contribuições. Agora, o PP e o Ciudadanos querem fraturar o povo e consolidar duas sociedades, a colonial espanhola e a catalã, e acham que podem usar os espanhóis que vivem na Catalunha como aríete contra os catalães. E o Estado joga essa carta de forma exaustiva, e o faz com a convicção de que o tempo joga a seu favor. No final das contas, a Catalunha tem problemas, é o país com mais imigração no mundo, tem uma taxa de desemprego muito alta e uma taxa de natalidade muito baixa. Em suma, eles acham que, se resistirem por alguns anos, o problema catalão será desativado por si só. E, obviamente, o Estado ajudará na dissolução da identidade catalã, e eles têm uma experiência significativa, já que o genocídio cultural foi experimentado com sucesso no país valenciano e nas ilhas durante anos.

Não haverá negociação, pois o Estado tem certeza de sua vitória, seja com violência ou com promessas de diálogo. E a fantasiosa bolha de negociação deve ser rompida de uma vez por todas. Algumas forças autonomistas ainda mantêm o pensamento mágico de que a independência será alcançada por meio de negociações com o Estado espanhol, e isso não acontecerá.

Entretanto, a independência é a única opção para os catalães. A alternativa é a extinção, e isso não é alternativa. E no processo não há soluções mágicas. O caminho para a liberdade está traçado e foi marcado pelo povo deste país com coragem,

no dia primeiro de outubro.

E para onde vai o caminho da independência? Bem, para a soma inteligente de ações e iniciativas que geram pressão que abre novas janelas e oportunidades de ruptura ou negociação.

É preciso manter a mobilização permanente, a ginástica revolucionária, é fundamental abrir caminho, e nesse contexto a luta pela libertação dos presos e pelo retorno dos exilados é fundamental.

É necessário fortalecer a ação externa, ganhando influência na Europa. Ao mesmo tempo, a Catalunha deve estar na vanguarda da construção de uma nova Europa baseada na governança das regiões.

Os esforços devem ser redobrados para a defesa e expansão de nossa língua e cultura, fortalecendo nossos componentes de identidade, com o apoio da administração e competindo no mercado. A batalha cultural é decisiva.

As instituições científicas, universitárias, de pesquisa, artísticas e culturais precisam se definir e se alinhar com a causa da democracia e da construção nacional. Precisamos ser competentes em pesquisa e ciência para sermos mais fortes. Precisamos incorporar direitos históricos em nossas reivindicações, como os escoceses fizeram com o espírito da Devolução. Não estamos pedindo um novo Estado, queremos a restituição do nosso Estado com base nas Constituições de 1706. Não há futuro sem a reivindicação do passado.

É necessário fortalecer a sociedade civil, a verdadeira protagonista da mudança, e transformá-la na locomotiva do colapso democrático.

É necessário que as forças econômicas e sociais, empresariais, empreendedoras e sindicais, objetivamente interessadas em uma nova estrutura estatal, multipliquem seu compromisso com a independência.

É necessário erradicar a cultura autonomista, herdeira do regime pós-Franco, que sufoca a prática política dos partidos em casa.

Precisamos evitar a política de Madri e abrir nossas próprias arenas, o fato importante não é o que acontece no Congresso dos Deputados, mas o que é feito na Catalunha.

É necessário que as instituições autônomas, as delegações, os conselhos municipais e as prefeituras multipliquem sua eficácia promovendo, ao extremo, políticas de justiça social. É necessário garantir uma presença maciça de independência nas prefeituras para transformá-las em um baluarte em defesa da terra.

Barcelona deve vencer pela independência. O mundo não pode entender que a Catalunha faça uma revolução para satisfazer os interesses de Barcelona, e que o Conselho Municipal defenda um status quo sindicalista que consagra a minorização da cidade. Precisamos arrancar Barcelona da tutela do sindicalismo e fazer com que ela se junte e lidere a causa da liberdade. É possível unir forças para vencer qualquer eleição. O que as pesquisas ditam é, no final, o que é decisivo.

E com tudo isso, devemos fortalecer nossas opções para enfrentar o futuro e não devemos descartar nenhuma possibilidade de forçar uma ruptura democrática com ou sem negociação.

Amigos, nada será fácil... mas depende de nós. Nós podemos e vamos conseguir. Neste momento histórico, a luta pela independência é o objeto e o sujeito da história... é o fato realmente importante. Aqui, abaixo de nós, neste túmulo, estão os restos mortais das pessoas que morreram defendendo os direitos da nação conquistados e valorizados por séculos e revelados em nossas Constituições. Também somos herdeiros dos combatentes de 1714; dos Ceifeiros de 1640; dos Anjinhos da Terra, dos Caps e dos Barretines; dos Remences do século XV; das revoltas de Jamancia; dos Republicanos de 1873; dos amotinados da Semana Trágica; dos sindicalistas de La

Canadencia; dos soldados da Batalha do Ebro; dos antifranquistas e, acima de tudo... acima de tudo, somos os combatentes do primeiro de outubro. O primeiro de outubro, nossa epopeia épica, marca nosso caminho. Avante para a vitória. Hoje, daqui, aos pés de Santa Maria del Mar, o lugar onde foi forjado o espírito indomável de nossa nação, hoje, daqui, devemos reafirmar nosso compromisso com a liberdade.

Honra e glória aos heróis de 1714 e aos heróis do primeiro de outubro. Honra e glória ao Rei Carlos III e à Rainha Elizabeth; vida longa ao Presidente Puigdemont; vida longa ao Presidente Torra e vida longa à República Catalã.

□ link:
<https://unilateral.cat/2018/09/11/lu-doctubre-de-2017-una-visio-historica-actual/>